Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXI Jornada de Pesquisa

CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA SAÚDE NA ESCOLA[1]

Tatiane Cristina Possel Greter[2], Maria Cristina Pansera De Araújo[3].

[1] Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências
[2] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, bolsista CAPES.
[3] Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências - DCVida. Unijuí.

1. Introdução

A educação escolar é permeada por muitas dimensões, entre as quais a abordagem da saúde no processo de ensino e aprendizagem. Para tentar compreender como acontece este processo, é necessário primeiro buscar as concepções relativas à educação, à saúde e à sociedade relacionando ao trabalho educativo e seus sujeitos. Ou seja, a Educação e a Saúde estão englobadas em uma discussão maior, como prática social, que constitui a humanidade e, ao longo da história, diferentes abordagens e significados foram produzidos.

Conhecer a história da inserção da saúde no âmbito escolar perpassa por fazer uma busca em documentos oficiais e também em publicações científicas que discutem sobre o tema. Buscamos nesta escrita analisar as leis, decretos e documentos criados e implantados para desenvolver o tema da saúde na educação desde 1988 até hoje. Tais legislações nos permitem compreender o contexto social, político e econômico delineando o tema historicamente. Monteiro e Bizzo (2015) afirmam que

a elaboração de documentos de referência que balizem as decisões curriculares relacionadas ao tema da saúde torna-se fundamental, pois são eles que irão traçar as diretrizes para o desenvolvimento do tema, definir focos e objetivos, influenciar a elaboração de materiais didáticos diversos, orientar a formação de professores e definir a natureza das diversas ações desenvolvidas na escola. (p. 414)

Desenvolver saúde na escola não é e nem nunca foi uma tarefa simples. Pois precisa permear as diversas áreas do currículo e ser trabalhada de maneira a levar o educando a refletir sobre sua saúde e os meios de melhor promovê-la. Monteiro e Bizzo (2015) ao rever a história da saúde na escola, observam que o "desenvolvimento dos temas relacionados à saúde humana nos currículos escolares pode expressar diferentes concepções do próprio objeto e diferentes compreensões dos fatores que influenciam ou determinam o processo saúde-doença." (p. 414) Este fato, segundo Carvalho e Jourdan (2014) faz com que "a legislação sobre a educação nos diversos países, em particular em Portugal, França e Brasil, permita múltiplas interpretações o que reflete as diferentes visões de como a saúde deve ser implementada nas escolas" (p. 116).

Frente a isso, o objetivo desta pesquisa é observar como a saúde foi se constituindo na escola de educação básica e refletir sobre os impasses e as possibilidades que perpassam pela temática no ensino.

2. Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram analisadas as diretrizes curriculares e decretos legislativos que norteiam a educação de Ciências Naturais. A análise ocorreu de forma a identificar

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXI Jornada de Pesquisa

a dimensão histórica da saúde nos documentos citados anteriormente, de forma a pensar a temática no contexto da escola. Assim, a pesquisa qualitativa do tipo documental (LUDKE; ANDRÉ, 1986), com revisão da literatura permeia a temática da educação e saúde na educação básica.

3. Resultados e Discussão

Percebemos que historicamente foi atribuído à escola o papel fundamental de desenvolver a Saúde na educação quando olhamos para as diretrizes curriculares nacionais e leis que regem a educação, ao dizerem que é dever do Estado o "atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (BRASIL, 1996, p.2 [grifo próprio]). As discussões sobre saúde nos bancos escolares estão asseguradas por lei, porém a maneira como será promovida é questão para reflexão.

O primeiro registro legislativo de garantia da abordagem da saúde na escola foi com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Tal decreto já previa em seu artigo 208 o "atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde". (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) Vemos aqui a ideia de trabalhar a saúde mediante programas suplementares; ideia que também permanece nas legislações seguintes.

Especificamente em relação às leis que regem a educação brasileira, denotamos a primeira menção ao trabalho da saúde nos currículos escolares com a Lei nº 5.692 de 1971 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), onde no artigo 7 coloca que "será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de lº e 2º graus". Porém pesquisadores atuais concluem que mesmo "percorridos mais de quarenta anos entre a promulgação da LDB de 1971 e os dias atuais, são poucos os documentos (...) que tratam especificamente do tema da saúde." (MONTEIRO e BIZZO, 2015, p. 415)

Notamos que o desenvolvimento dos temas relativos à saúde no contexto da escola e da sala de aula pode expressar e denunciar o contexto histórico vivenciado. A primeira LDB surgiu na década de 70 e segundo Monteiro e Bizzo (2015)

coerentemente com o período em que foi elaborado, quando o país vivia sob um regime ditatorial em que quaisquer manifestações ou questionamentos das condições sociais e políticas vigentes sofriam violenta repressão e cerceamento, não seria um documento concebido por um órgão oficial do Estado que proporia diretrizes que pudessem ir em direção a qualquer tipo de posicionamento crítico frente à realidade ou mesmo fomentassem algum tipo de organização social de caráter reivindicatório. (p. 417)

Alves, Arratia e Silva (1996) trazem uma ideia histórica da constituição do conhecimento científico em Saúde ao apontarem que a "trajetória na busca do entendimento da promoção da saúde no Brasil foi concretizada nas discussões e implantação de um novo Sistema Único de Saúde (SUS) (...)". (p.3) Ainda vão mais longe ao concluírem que esta foi uma tentativa para tentar criar um novo paradigma em relação ao campo da Saúde.

Os autores ainda demonstram que por outro lado "a ampliação de órgãos formadores de recursos humanos para a saúde não acompanhou inicialmente essa proposta de mudança de visão na saúde (...)" (ALVES, ARRATIA e SILVA, 1996, p.3), uma vez que se continuou a formação de profissionais preocupados com a ideia da cura e da prevenção da doença.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XXI Jornada de Pesquisa

Neste sentido, verificamos que todas as áreas precisam trabalhar com a saúde, para que problemáticas relacionadas com os conceitos tratadas em aula possam ser entendidas noutros contextos, conforme o disposto nos PCN, em que "a educação para a Saúde será tratada como tema transversal, permeando todas as áreas que compõem o currículo escolar" (p.61), visto que "o tratamento transversal do tema deve-se exatamente ao fato de sua abordagem dar-se no cotidiano da experiência escolar e não no estudo de uma matéria" (BRASIL, 1997, p. 70).

Aqui percebemos a ideia de abordar o tema da saúde interdisciplinarmente, mas na verdade o que se revela é que não há um esclarecimento de que ou quem é de fato responsável por essa temática, ficando subjetivo este entendimento. Monteiro e Bizzo (2015) apontam que "permanece a ideia de que o tema da saúde deve ser tratado pelo conjunto de disciplinas. Sendo de responsabilidade de todo o corpo docente, não cabe a nenhuma disciplina ou profissional específico desenvolver esse conteúdo" (p. 424). Ao não se definir onde fica a discussão da saúde no currículo escolar pode-se criar margem para sua pouca abordagem ou até mesmo esquecimento.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Ciências Naturais – Meio Ambiente e Saúde, sobre os objetivos do tema da saúde na escola aborda que "conhecer e utilizar formas de intervenção individual e coletiva sobre os fatores desfavoráveis à saúde, agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde da comunidade" (1997c, p.71). Este documento traz um ponto importante que é a abordagem da saúde não só em sua dimensão individual, mas também coletiva. Considerando todas as perspectivas, sejam elas sociais econômicas ou culturais, podem-se constituir bases para uma saúde coletiva e compreender a saúde como um processo e não um estado.

Os decretos sobre saúde na escola ainda ao longo do tempo preocuparam-se com a inserção de profissionais da saúde no ambiente educacional, o que segundo Monteiro e Bizzo "acaba por desprestigiar a ação e o discurso dos profissionais da educação, mais especificamente do professor, em assuntos relativos ao tema" (2015, p. 413), visto que pode levar a entender que a ação do professor por si só não seria suficientemente promovedora de saúde nos estudantes. Porém "não é pressuposto da educação para a Saúde a existência do professor "especialista"; o que se pretende é um trabalho pedagógico cujo enfoque principal esteja na saúde e não na doença." (BRASIL, 1997, p. 69)

Uma alternativa criada e implantada nas escolas atualmente para fortalecer uma educação voltada à saúde é o "Programa Saúde na Escola". Este projeto traz um caderno de orientações sobre a abordagem dos temas Saúde e Educação Ambiental imbuídas nas práticas educativas. Conforme este documento, a respeito do conceito de saúde, percebemos que este foi se modificando ao longo do tempo; ao demonstrar que

uma notória modificação ocorrida foi em relação à mudança de uma compreensão de que saúde é ausência de doença para a definição que envolve a dimensão do bem-estar físico, mental e social, assim como a incorporação de dimensões como a habitação, o saneamento, o lazer e o ambiente em que as pessoas vivem. (BRASIL, 2015, p.2)

Em 2014, o Ministério da Educação juntamente com o Ministério da Saúde lançaram um "Guia de sugestões de atividades – Semana Saúde na escola" que é um material orientador para todos os envolvidos no Programa Saúde na Escola criado em ano? Este guia tem como proposta "fornecer um conjunto de atividades capazes de estimular e enriquecer o trabalho educativo dos profissionais de saúde e de educação, sendo seus princípios a promoção e prevenção de agravos à saúde" (BRASIL - Guia Semana Saúde na escola, p. 4, 2014). O material oferece sugestões práticas não só

para a Semana da saúde na escola, mas também para serem desenvolvidas ao longo de todo o ano letivo.

Em 2015, também os Ministérios de Educação e Saúde elaboraram o Caderno Temático San (Segurança Alimentar e Nutricional) e Paas (Promoção da Alimentação Adequada e Saudável) vinculado ao Programa Saúde na Escola. O caderno discute e oferece ações seguras sobre como trabalhar e desenvolver o tema da alimentação saudável na educação básica, demonstrando que estas práticas

não se restringem à oferta de uma alimentação de qualidade ou à realização de ações educativas sobre alimentação e nutrição, é preciso discutir a constituição de um ambiente gerador de práticas saudáveis e que favoreça escolhas saudáveis, extrapolando o espaço de sala de aula e que incorporem o diálogo com as famílias e o território onde vivem os educandos (BRASIL, 2015, p.2).

As instituições de ensino a respeito da saúde no ensino escolar revelam-se pela compreensão dos fatores determinantes para uma melhoria na qualidade de vida, de forma a propor mudanças conscientes de hábitos e estilos de vida não saudáveis dos aprendizes. O professor, enquanto agente principal neste processo educativo e de formação de uma consciência voltada à saúde tem uma tarefa complexa e desafiadora. Neste sentido, é importante que encontre nas legislações e diretrizes educacionais, referenciais de apoio e de esclarecimento para sua prática pedagógica em saúde.

4. Conclusões

Por meio da revisão histórica da saúde na escola conseguimos estabelecer um panorama contextual de seus aspectos constitutivos. Percebemos que sua forma de caracterização e aparecimento nos currículos escolares revela a sociedade e os atores de determinadas épocas.

As legislações voltadas a pensar a saúde na escola surgem para nortear o trabalho pedagógico em sala de aula. Ao mesmo tempo em que revelam a concepção de saúde ao longo do tempo, os seus objetivos para o ensino básico, bem como as diferentes maneiras que se pensaram para sua concretização no ensino.

Por muito tempo se preocupou em trazer profissionais da saúde para dentro da escola para tratar dos temas relativos à saúde, sem perceber que com isso, menosprezava-se o trabalho do educador. Também se apostou em programas de saúde para cumprir com o propósito da saúde no ensino escolar.

Percebemos que com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, avançou-se nas discussões relativas à abordagem da saúde na escola. Isso por que se ampliou a compreensão do que é saúde e com isso ampliou-se também as formas de fazer saúde na escola. Foi-se de uma dimensão de saúde individual para uma coletiva e contextualizada, levando em consideração aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Consideramos que dada à importância das discussões da saúde no contexto da escola, ainda são poucas e frágeis às legislações que abordam este tema. Este aspecto só revela o quanto complexo é o trabalho docente frente a esta problemática. Neste sentido, vemos nos cursos de formação inicial e continuada de professores uma alternativa de melhor preparar os atores da escola para lidar com o tema da saúde.

5. Palavras-chave

Educação; Diretrizes Nacionais; Saúde.

6. Referências bibliográficas

ALVES, E. D., ARRATIA, A., SILVA, D. M. G. V. da. Perspectiva histórica e conceitual da promoção da Saúde. Cogitare Enferm. Curitiba, v. 1 nº 2, p. 2-7 – jul./dez., 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências naturais (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/ SEF. 1997a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF. 1997b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/SEF. 1997c.

BRASIL. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf. Acesso em: 15 jun. 2016. 1996.

BRASIL. Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 15 jun. 2016. 1971.

CARVALHO, G., S., & JOURDAN, D. Literacia em Saúde: A Importância dos Contextos Sociais. In: C.A.O.M. Júnior, A.L. Júnior & M.J. Corazza (Org.). Ensino de Ciências: múltiplas perspectivas, diferentes olhares. Curitiba: Editora CRV, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M., E., D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2ª ed. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderno de Saúde e Educação Ambiental. Programa Saúde na Escola. Brasília – DF, 2015.

MONTEIRO, Paulo Henrique Nico; BIZZO, Nelio. A saúde na escola: análise dos documentos de referência nos quarenta anos de obrigatoriedade dos programas de saúde, 1971-2011. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.2, abr.-jun. 2015, p.411- 427.

MOROSINI M. V., FONSECA A. F., PEREIRA I. B. Educação em Saúde. Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.